



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16895 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 23 - GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

IMIGRAÇÃO INFANTOJUVENIL E EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA AS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Milena Ribeiro Lopes - UNILASALLE - Centro Universitário La Salle

Adilson Cristiano Habowski - UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

Cleber Gibbon Ratto - UNILASALLE - Centro Universitário La Salle

IMIGRAÇÃO INFANTOJUVENIL E EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA AS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

A pesquisa, de caráter teórico e qualitativo, foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), a partir de um mapeamento e discussão das teses e dissertações sobre imigração infantojuvenil em Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado do Rio Grande do Sul, rastreadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram rastreadas quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado defendidas entre os anos de 2010 e 2023. Buscamos nessas produções acadêmicas compreender como a imigração de crianças e adolescentes está sendo vista e tratada no contexto escolar e como isso pode trazer discussões acerca das possibilidades de práticas educativas que valorizem a diversidade e/ou interculturalidade propiciada pelas migrações contemporâneas. A partir da leitura do corpus documental, percebemos duas grandes linhas de sentido, assim intituladas: (i) Experiências e desafios da criança migrante na Educação e (ii) Direitos, legislação e perspectivas dos professores. Os resultados da pesquisa colocam em questão as fronteiras da educação com o campo das migrações, permitindo arquitetar o que está acontecendo na atualidade, trazendo um reconhecimento das exigências do conhecimento no horizonte das potencialidades e dos determinantes sociais das migrações no cotidiano da educação de crianças e jovens migrantes.

Nos últimos anos, a Educação brasileira, sobretudo as escolas públicas, têm sido desafiadas pela renovada problemática das migrações e refúgios. Segundo dados recentes do relatório “Refúgio em Números”, somente em 2023, o Brasil registrou 58.362 solicitações de condição de refugiado, oriundos de 150 países. Em 2022, as principais nacionalidades solicitantes foram venezuelanas (50,3%), cubanas (19,6%) e angolanas (6,7%). Em 2023, o Comitê

Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu um total de 77.193 pessoas como refugiadas. Além disso, constatou-se que 44,3% das pessoas reconhecidas como refugiadas eram crianças, adolescentes e jovens com até 18 anos de idade, destacando a precariedade das condições de vida desses grupos em situações de deslocamento forçado. Ainda segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), crianças e adolescentes de 5 a 14 anos compõem mais da metade das pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Brasil. Ainda, de acordo com o (ACNUR), cerca de 46 mil refugiados vivem hoje no Rio Grande do Sul, a maioria formada por venezuelanos (29 mil) e haitianos (12 mil). Chegaram, em boa parte, no programa de interiorização feito pelo governo federal para retirar da fronteira norte do país os imigrantes que entravam por terra em busca de um asilo humanitário. O ACNUR estima que 41 mil pessoas refugiadas ou com necessidade de proteção internacional vivem no Rio Grande do Sul. De acordo com dados do Governo Federal (CAD-Único/SUAS), das 35 mil pessoas, um número significativo vive em condições de vulnerabilidade e pode ter sido diretamente ou indiretamente afetado pelas inundações de maio de 2024. Muitas relataram ter perdido suas casas, pertences e documentos, além de verem seus negócios e atividades de geração de renda destruídos pelas águas. Diante desses contextos, que agora o estado do Rio Grande do Sul vivencia, este texto faz parte de uma pesquisa que consiste em compreender os percursos e percalços – socioeducacionais e psíquicos – implicados na ocorrência, expressão e manejo do sofrimento psicossocial vivido por crianças e jovens estudantes migrantes e refugiadas no estado do Rio Grande do Sul, com foco no município de Canoas, com vistas a implementar e avaliar “tecnologias sociais” capazes de favorecer a produção de saúde e qualidade de vida no cotidiano destas populações. Partindo disso, apresentamos neste texto uma síntese da primeira parte do projeto, que visa mapear e discutir as produções acadêmicas de mestrado e doutorado realizadas sobre a imigração infantojuvenil em Programas de Pós-Graduação em Educação no Estado do Rio Grande do Sul. O presente estudo tem por objetivo compreender como a imigração de crianças e jovens está sendo vista e tratada no contexto escolar e como isso pode trazer discussões acerca das possibilidades de práticas educativas que valorizem a diversidade e/ou interculturalidade propiciada pelas imigrações contemporâneas. Para tanto, o presente trabalho visou mapear e discutir as produções acadêmicas a nível de mestrado e doutorado realizadas em torno da temática da imigração infantojuvenil em Programas de Pós-Graduação em Educação no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa teórica e qualitativa, realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), a partir de um rastreamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Moraes e Galliazzi (2006) entendem que a Análise Textual Discursiva se apresenta como uma metodologia de análise qualitativa que se distancia da perspectiva positivista de investigação, buscando superar essa abordagem através da aproximação com a hermenêutica. É dessa aproximação que esta pesquisa se alimenta, com o objetivo de promover uma leitura crítica da produção científica brasileira, ampliando o diálogo entre o que já foi feito e o que ainda está por vir, como uma perspectiva de transformação e avanço. Realizamos diversas buscas utilizando as seguintes palavras-chave: “imigração”, “crianças”, “jovens” e “educação”. Foram rastreados dez trabalhos, dos quais apenas um estava vinculado a PPG da área Educação, mas localizado no Estado de São Paulo. Vale ressaltar que realizamos outras tentativas com novos descritores, como “imigração” (incluindo “imigrante”, “migrantes” ou “refugiados”) e “crianças” (e/ou “jovens”). Com base no critério PPG da área Educação, no estado do Rio Grande do Sul, foram encontradas produções nas seguintes instituições: 1 dissertação na UFMS (Universidade Federal de Santa Maria); 1 dissertação na UFP (Universidade de Passo Fundo); duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); e uma tese de doutorado na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Desta forma, foram rastreadas (4) quatro dissertações de mestrado e (2) duas teses de doutorado defendidas entre os anos de 2010 e 2023. Vale ressaltar que essas buscas foram realizadas em julho de 2024, sem limite de tempo para a pesquisa. Buscou-se elementos em cada um dos trabalhos que tragam conexões acerca

de possibilidades de acolhimento e inserção de crianças e jovens que venham do contexto migratório. A partir da leitura do material, foi possível traçar uma discussão sobre os desafios e as possibilidades educacionais relacionados à imigração, organizada em duas linhas de sentido. A primeira intitula-se “Experiências e desafios da criança migrante na educação” e a segunda, “Direitos, legislação e perspectivas dos professores”. A primeira linha de sentido, que trata das experiências e desafios da criança migrante na Educação, com a dissertação *Entre zonas de silêncio e (re)existências: a trajetória de crianças venezuelanas nas escolas de educação infantil de Santa Maria/RS - Maria Luiza Posser Tonetto (2022)* e a tese *O Mundo está fazendo muito barulho! Espacialidades e vivências de [com] crianças-migrantes-estrangeiras - Joaquim Rauber (2023)*. A leitura dessas produções possibilita pensar o processo migratório de diferentes perspectivas, vendo como um desafio a ser enfrentado e/ou como uma oportunidade de repensar políticas e práticas coloniais enraizadas no cotidiano escolar. A acolhida aos novos imigrantes e as políticas públicas em favor da diversidade cultural e linguística têm transformado o Brasil em um país cada vez mais multicultural e impactado a Educação, promovendo a criação de espaços escolares cada vez mais diversos culturalmente. O fenômeno de imigração infantojuvenil nos desafia a pensar sobre a garantia de direitos fundamentais previstos para eles, considerando suas especificidades enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma, além da rede familiar, a escola se torna também uma rede de proteção para essas crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, é como se a criança imigrante passasse por um terceiro nascimento, uma vez que se pressupõe que ela já tenha tido uma experiência escolar no país de origem. Urge assim compreender tais fenômenos numa perspectiva dialógica com as crianças, os jovens e suas culturas, fomentando a formação intercultural a partir do cotidiano, agindo e pensando em contexto, favorecendo perspectivas de investigação que impactem positivamente sobre a vida dessa população. Neste processo – a migração e o refúgio –, caracterizado por deslocamentos e mudanças de residência, está diante de grupos familiares nos quais as crianças e jovens não lideram o processo, mas precisam se ajustar a ele. Assim, mesmo em situações relativamente pacíficas, esses eventos representam uma transformação social que afeta de maneira profunda e duradoura crianças e jovens migrantes e refugiados. Por isso, a migração e o refúgio constituem um deslocamento social que impacta significativamente e de maneira duradoura os sujeitos em processo de desenvolvimento. Nesse contexto, há uma falta de visibilidade das experiências de mobilidade e deslocamento internacional destes na literatura acadêmica brasileira, com uma notável carência de pesquisas que abordem os diálogos com a Educação em geral, e com as práticas educativas cotidianas, em particular. A segunda linha de sentido, denominada como “Direitos, legislação e perspectivas dos professores”, com as duas dissertações *Filhos de imigrantes e a escola: diversidade cultural, direito à educação, equidade escolar - Evania Carina Calza (2022)* e *Perspectivas de professores em contextos de diversidade etnocultural: um olhar para o imigrante - Mirian do Nascimento (2021)* e a tese *Da(des) esperança a esperança de inserção social da criança imigrante no novo lar: o papel da escola - Renata Santos Silva (2021)*. Percebe-se nessa linha de sentido que o entrelaçamento de diversos fatores interfere nas capacidades e limites de cada comunidade escolar, que apresenta características particulares: a gestão escolar, a integração no espaço, a articulação entre os professores, a relação dos professores com os estudantes e suas famílias, as avaliações externas frequentes, os recursos disponibilizados, a pressão de rankings e a autonomia da escola frente à burocratização tecnológica e aos controles cada vez mais rigorosos. Além de apresentarem novos desafios estruturais, esses fluxos têm levado o país a reconsiderar concepções arraigadas, como o mito da democracia racial e a ideia de que o Brasil é universalmente acolhedor e cordial, sem levar em conta a cultura de origem, religião, cor, gênero, orientação sexual, entre outros marcadores. A legislação vigente no Brasil assegura que os estrangeiros possuem os mesmos direitos de acesso à educação que as crianças e adolescentes brasileiros, conforme estipulado na Constituição Federal (artigos 5º e 6º), no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 53º ao 55º) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigos 2º e 3º). Além disso há

duas leis específicas direcionadas aos imigrantes e refugiados, a Lei da Migração (artigos 3º e 4º) e a Lei dos Refugiados (artigos 43º e 44º), as quais garantem que a falta de documentos não pode servir como obstáculo para o acesso dessa população ao sistema educacional. Entretanto, lamentavelmente, tal população não tem recebido atenção suficiente das políticas públicas e tampouco da pesquisa acadêmica. As crianças e jovens migrantes e refugiados estão inseridos nas sociedades, sendo integrados pelas instituições quando conseguem acessar direitos fundamentais como moradia, educação e saúde. Contudo, a disparidade entre aqueles que conseguem acessar tais direitos e os que não conseguem cria espaços de incerteza, risco e, muitas vezes, de sofrimento psicossocial. Nesse sentido, o impacto de tais disparidades incide também de modos diversos sobre adultos, jovens e crianças, não se limitando a questões quantitativas, mas relativas também à qualidade das experiências vividas. Enfim, nesta síntese apresentada, foram identificados elementos que destacam tanto desafios quanto possibilidades educacionais para crianças e jovens imigrantes relacionados ao cotidiano escolar, envolvendo tempo, espaço e linguagem. Assim, os resultados da pesquisa questionam as fronteiras entre a educação e o campo das imigrações, permitindo compreender o que está ocorrendo atualmente e reconhecendo as exigências do conhecimento diante das potencialidades e limitações impostas pela imigração no contexto educacional.

A multiplicidade de experiências e situações migratórias sugere uma singularidade nas biografias e histórias diversas, refletindo que não há uma única experiência migratória, mas, isso sim, múltiplas formas de viver, narrar e de significá-las. Enfatizamos que crianças e jovens são sujeitos de direitos, indivíduos históricos e sociais que desenvolvem relações significativas com seus pares e com adultos. Como atores sociais, são impactados por eventos políticos, culturais, econômicos, climáticos e outros aspectos. Essa abordagem advoga pelo reconhecimento das infâncias e juventudes como grupos específicos que não só participam ou são afetados, mas como agentes do processo de criação e transformação cultural. Portanto, é altamente relevante que mais trabalhos e pesquisas acadêmicas sejam realizados em Programas de Pós-Graduação em Educação sobre a inserção de crianças e adolescentes migrantes nas escolas do estado do Rio Grande do Sul, considerando o grande número de imigrantes que o estado recebe. É fundamental trazer à tona os estudos já existentes para que novas pesquisas possam ser exploradas, especialmente diante dos recentes eventos climáticos que afetaram o estado. A população migratória, que já enfrentou as consequências de catástrofes climáticas, encontra-se agora duplamente vulnerabilizada, exigindo maior atenção dos pesquisadores. Nesse contexto, a educação pode desempenhar um papel ético, estético e político crucial na reconstrução dos arranjos sociais envolvidos e na experiência cotidiana de tais sujeitos.

Palavras-chave: Imigração. Jovens. Crianças. Educação.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - Dados sobre refúgio. Brasília, DF, 2022.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciência